

Racismo: Incitação ao Discurso e Economia do Conhecimento em Certas Geografias da Diáspora Africana

Coloco aqui breves observações sobre a presença e o lugar designado a sujeitos diaspóricos africanos, neste amálgama desigual denominado Estudos Luso-Afro-Brasileiros, onde o status do *Afro* é invariavelmente precário. São observações feitas a partir da Europa, entre a academia e outros lugares de (outros) saberes.

Início apontando para a necessidade fundamental da análise crítica da construção da autoridade acadêmica centrada no sujeito normativo – aquele que Sylvia Wynter denomina *Man* (a versão hegemônica branca ocidental do humano).¹ As tecnologias do poder tem sua expressão nos *corpos nos espaços*: quem pode estar aonde. A colonialidade (Aníbal Quijano)² e a sobrevida da escravatura (Saidiya Hartman)³ são irrefutáveis quando se depara com a ausência marcada de mulheres negras nos Estudos Luso-Afro-Brasileiros. Em recente entrevista à Joana Gorjão Henriques, Inocência Mata afirma sobre a academia em Portugal:

Mesmo que existam pessoas com um ótimo trabalho sobre questões de racismo na sociedade portuguesa, por exemplo, não vêem a falta de representatividade étnico-racial como um problema de justiça social como no caso da desigualdade de géneros. ... A presença de negros na academia é nula. Isto é um grande problema, mais grave porque acontece na academia.⁴

Não só há uma discrepância exorbitante entre a auto-imagem progressista das ciências humanas e sua prática, o problema é grave porque a academia, como sabemos, (re)produz relações e discursos de poder, e manufatura sujeitos de autoridade, assim como sujeitos desprovidos de fala autorizada; produz sujeitos ausentes. A economia e política do campo acadêmico relega sujeitos que carregam o fardo de uma colonialidade insistente a uma existência fantasmagórica ou precária.

Essa ausência historicamente (re)produzida é condição familiar às diásporas africanas em suas várias geografias do pós-império. Assim os negros seguem sendo *corpos estranhos* nos corredores e cargos universitários. Gloria Wekker,

durante décadas a única professora negra no Departamento de Humanas da Universidade de Utrecht,⁵ conta, em seu último livro, seu encontro com estudantes brancos:

Para a maioria dos alunos, esta é a primeira vez que são confrontados com uma professora negra: “uma mulher negra em uma posição intelectual, oficialmente poderosa aparece como uma contradição em termos para eles,” (Habel 2012, 109) provocando toda uma série de efeitos contraditórios: a descrença, sou vista como uma impostora, como estando *fora de lugar*.⁶ (ênfase minha)

A acadêmica revela a genealogia colonial deste corpo em lugar indevido:

Ser preto, no masculino ou feminino, e instruído são, aparentemente, irreconciliáveis; eles se excluem. Ser negro é associado a ser atlético, à baixa escolaridade, à estupidez, a ser divertido, um animador e, naturalmente, àquele que ocupa um lugar nos degraus mais baixos da escada social. Existe uma longa tradição acadêmica no racismo científico que criou, invocou e defendeu essa ordem natural. Essas imagens circulam amplamente, elas nos cercam. Nós, tanto negros quanto brancos, somos construídos por elas como inferiores e superiores. As representações da raça que eram comuns no século XIX também foram preservadas na academia, esse *bastião do conhecimento objetivo*, e na mídia. (ênfase minha)⁷

Mata conta episódios recorrentes e semelhantes a Wekker a partir da academia em Portugal, “[u]m país que se orgulha da sua “experiência africana”: “Uma vez ia a entrar para uma sala onde haveria uma reunião e ouvi uma colega, que não me tinha visto, dizer: “não sei o que é que esta preta veio para aqui fazer”.⁸ Esses são momentos reveladores de um problema endêmico porém sistematicamente negado e forçosamente silenciado.

A cena acadêmica brasileira não é diferente, com o notável exemplo da Universidade de São Paulo, examinado pela investigadora Viviane Angélica. Angélica colocou a questão: sendo a USP “a universidade que mais tem trabalhos sobre a questão racial no país, então porque não tem docentes negros?” Levando-se em conta que o Brasil tem mais que metade da população de “pretos e pardos,” a situação é gritante. Segundo dados (de 2015) da própria USP, 1,53% do corpo docente é pardo, 0,3% é negro. Em sua investigação, Angélica indica a branquitude da Universidade não somente na composição da sua população mas também no projeto higienista que a fundou, assim como na resistência ao

confronto às desigualdades no processo de entrada à docência. Dessa forma, a universidade se mantém um reduto branco, onde “o processo de ingresso também funciona como uma forma de herança.”⁹

Recentemente questioneei duas mulheres negras ativas na luta contra o racismo anti-negro na Europa, sobre como vêem o papel da universidade. Marlyn Mimi Mau-Asam, fundadora do movimento holandês *Mothers of (an) African Descent* afirmou: “Eu acho que a universidade deve começar a considerar-se como parte de todo o sistema educacional. Todo o sistema contribui para um círculo contínuo. Deve haver mais consciência de como se é parte desse círculo, ao invés de se considerar somente como destino final.”¹⁰

O trabalho de Melissa Weiner sobre os livros de história lecionados nas escolas primárias holandesas evidencia como o racismo se inscreve no currículo. A investigadora conclui que os livros didáticos de história para ensino fundamental “apresentam metanarrativas eurocêntricas de europeização racial no contexto único da sociedade holandesa.” E explica:

Esses livros perpetuam o esquecimento social, pelos holandeses, da escravidão e do colonialismo científico, justificam intervenções históricas e contemporâneas na África, essencializam e problematizam os imigrantes e suas culturas, destacam a superioridade holandesa e facilitam a ideia de um “fardo holandês”, que encontra a Holanda auxiliando, com relutância, minorias dentro e fora de suas fronteiras.¹¹

Esse trabalho se alinha com a investigação de Marta Araújo e Silvia Rodríguez Maeso sobre os livros didáticos de história contemporâneos portugueses. As autoras apontam que este material “mostr[a] como, nos debates sobre a história e, mais concretamente, sobre o ensino do colonialismo e da escravatura, se tem esvaziado a sua relevância política e evadido o racial para compreender a chamada escravatura Atlântica dos séculos XV ao XIX.”¹² Essa historização do colonialismo português é também uma prática efetiva de esquecimento histórico.

Tais epistemologias tem uma vida violenta no quotidiano das crianças racializadas. A investigadora Nina Vigon Manso denunciou e fez queixa em Portugal (até o momento sem resultado) contra o racismo nos manuais escolares, a partir do alerta da própria filha. Em entrevista a Joana Gorjão Henriques, conta dos artifícios utilizados nos manuais a partir dos quais “a criança deduz que as pessoas pretas não são de confiança.” Nota ainda nos mesmos materiais que: “A pessoa central é sempre a criança branca que está a mostrar o seu mundo.” Pergunta

então: “Quando é que vai começar a acontecer serem as outras crianças a falar?” Finalmente indica que: “As crianças não-brancas continuam a ser tratadas como estrangeiras e não portuguesas.” A jornalista narra o encontro de Vigon com o material: “quando se chega à parte das profissões, nem uma das pessoas representadas é não-branca.” E Vigon questiona: “Com que direito é que se apagam as crianças não-brancas dos manuais, o direito a existir no seu próprio país?”¹³

Esta doutrinação para o racismo marca a escolarização das crianças negras e não negras através dos livros e manuais que lêem, pintam e manuseiam, assim como se faz sentir nas práticas da sala de aula. A partir da análise de uma escola primária em Amsterdã, Melissa Weiner explica:

Tanto na Europa como nos EUA, os estudantes de minorias raciais e étnicas experimentam discriminação em mãos de professores que afetam negativamente seu desempenho acadêmico. Nos EUA, pesquisadores documentaram como o corpo docente predominantemente branco educa os estudantes não brancos através de práticas disciplinatórias [punitivas] e de baixas expectativas, o que afeta o desempenho educacional. Mas na Europa, a negação da existência [do racismo] dificulta a pesquisa sobre questões estruturais que explicam a desigualdade educacional das minorias, e muitas vezes a baixa escolaridade é justificada em função de diferenças culturais. Examinando as práticas da sala de aula em uma escola primária diversa de Amsterdã, document[ei] mecanismos de racialização manifestados no desprezo, disciplinaçã o e silenciamento de estudantes de populações minoritárias. Além disso, [notei que] muitos estudantes eram menos recomendados para faixas de ensino médio de nível superior.¹⁴

Este relato/retrato, atualiza a necessidade de se refletir sobre as considerações de Mau-Assam sobre a universidade – onde os negros não chegam- como parte de um círculo (*racializado*) do sistema educacional, e não somente como estação final de uma herança.

Mau-Asam afirmou peremptoriamente que “a academia é parte do problema e não da solução,” e criticou o hábito acadêmico de não prestar contas às populações estudadas. Notou que poucas pessoas de descendência africana completam os estudos universitários – negros que chegam, mas não ficam- e que “a questão é de raça e classe,” sendo a universidade um lugar da/para a elite. Retoricamente, pergunta: “A quem a universidade está servindo?” Por outro lado, afirma, “toda sociedade precisa de acadêmicos.”¹⁵

Jamie Schearer, co-fundadora e coordenadora da *European Network of People of African Descent* e membro da *Initiative of Black People in Germany* diz, de modo similar, que a universidade é ou pode ser parte do problema assim como da solução, dependendo de “quem é a universidade e quem lá tem agência.” A universidade poderá contribuir à luta anti-racismo na medida do seu “olhar crítico ao racismo e às estruturas que modelam a sociedade. Como algumas instituições ainda acreditam na neutralidade da academia e na produção do conhecimento, este conhecimento pode reforçar os estereótipos em torno da resistência. Se a produção do conhecimento tem uma lente crítica ao racismo e um compromisso de desconstruir o colonialismo, colocando em evidência como essa história continua nos afetando hoje, acredito que as universidades podem fazer parte da inventarização da resistência e da sua inscrição na produção do conhecimento.” Sobretudo, Schearer insiste em um caminho de duas vias: “Eu também acredito que um envolvimento mais forte, através do qual o conhecimento seja levado de volta às comunidades, pode ser útil para a análise do estado atual e para informar estratégias [de luta].”¹⁶

Para tal, é imperativo que a academia abra as portas historicamente cerradas àqueles sujeitos de existência fantasmagórica. Recentemente, nos mídias sociais, Mamadou Ba, dirigente do SOS Racismo – Portugal, atacou essa dinâmica:

Uma sugestão à academia que se tem dedicado a estudar e bem o racismo: criem espaços para os sujeitos racializados na produção de saberes. Do tanto dinheiro destinado a estudar a situação do racismo, algum podia ser canalizado para atribuir bolsas de estudo e/ou investigação a sujeitos racializados.¹⁷

Os comentários da curadora Diane Lima sobre a inclusão de símbolos “afrografados” – da produção simbólica afrodescendente - nas “investidas e experiências contemporâneas brasileiras” se alinham a esse processo exclusionário encoberto pelo discurso mitológico da democracia racial: “um mito oportunista e excludente onde se fala sobre, ao invés de falar com. Um jogo de aparências onde a visibilidade da cultura se faz na invisibilidade das presenças.”¹⁸ Essa crítica se aplica também à produção acadêmica.

Aspecto fundamental da colonialidade do campo acadêmico que se crê não racializado, é a distância que este estabelece com relação aos movimentos sociais e articulações espontâneas de dissidência e/ou expressões que fujam do controle institucional. Sujeitos racializados estão nestes espaços e são recorrentemente diminuídos, suas vozes silenciadas, suas expressões apropriadas e

canibalizadas. Por via de regra a academia não interrompe mas reforça esse processo de descredibilização do outro.

Há, neste momento, renovada visibilidade à denúncia e crítica ao racismo na sociedade portuguesa, através da mídia progressista. Ao mesmo tempo que leio sucessivos artigos com júbilo, observo também que este incitamento ao discurso (Michel Foucault),⁴⁹ representa uma renovada tecnologia voltada a disciplinar, regulamentar e controlar o campo discursivo sobre o racismo. Assim, o racismo estrutura o campo. Diariamente aprendemos quem são os sujeitos que falam com propriedade sobre a temática, e definitivamente quem não são, como devemos falar e/ou nos silenciar, com quem, em que circunstâncias, entre tantas outras prescrições. Essa dinâmica, bem conhecida por ativistas, intitula-se política de respeitabilidade. Através dela ganham materialidade velhos fantasmas coloniais como a imagética das/dos negras/os raivosas/os, e em particular da *angry Black woman*, um sujeito excessivo (de excesso civilizacional), supostamente despido de capacidade intelectual, que não argumenta, mas vocifera (lembremos que o africano foi construído como sujeito colonial a ser civilizado também porque não possuía língua). Esta herança ganha vida no *framing* que os mídias (sociais) fazem das/os negras/os que, corajosamente, denunciam o racismo. Há algo de lusófono nesta dinâmica, nomeadamente daquela longa tradição da cordialidade reservada aos pares nos espaços de sociabilidade fraccionada (*cada um em seu lugar*). Porém esta dinâmica tipifica ao racismo anti-negro em sua expressão mais abrangente, transatlântica.

Nos últimos sete anos vivemos similar proliferação de discursos sobre o racismo nos Países Baixos. A questão do racismo entrou no âmbito (antes inpenetrável) das instituições e dos mídias hegemônicos, através dos mídias sociais e alternativos, após marcar presença nas ruas, na militância. Palestras, debates, mesas redondas, cadernos especiais, livros e matérias de jornais, grupos de pesquisa acadêmica, novos cargos e salários. Pouco surpreendentemente, o maior beneficiário desta prolífica economia é o sujeito normativo (nomeadamente branco ocidental). A/O negra/a (dissidente) carrega o peso fenomenal do *bashing* generalizado dos mídias, é descreditado/a publicamente, e as portas das instituições se mantêm fechadas - aos sujeitos que “vociferam” a crítica ao colonialismo do aqui e agora, à colonialidade.

Há que se adotar atitude de vigilância frente a essa abundância discursiva sobre o racismo em nosso lugar. É fundamental interromper o curso das questões proeminentes neste debate, nomeadamente: qual é a entonação que a/o dissidente

negra/o deve adotar ao endereçar o questionamento e a denúncia ao sujeito hegemônico?; qual timbre de voz ao falar da violência? As questões subjacentes devem ser des-cobertas, notadamente: qual é o tom da pele de quem *pode* falar como se *deve*?; quem pode entrar nesse nosso lugar de autoridade? Cabe a nós a intervenção na economia associada a esse incitamento ao discurso, e a transformação da geografia racializada que ele informa e refaz.

NOTES

1. Wynter, Sylvia. “Unsettling the Coloniality of being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, its Overrepresentation - An Argument,.” CR: *The New Centennial Review*, vol. 3, no. 3, 2003, pp. 257-337.

2. Quijano, Anibal. “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad.” *Perú Indígena*, vol. 13, no. 29, 1992, pp. 11-20.

3. Hartman, Saidiya V. *Lose Your Mother: A Journey Along the Atlantic Slave Route*. New York, Farrar, Straus and Giroux, 2007. Todas as traduções de termos e trechos de artigos e livros são de minha autoria.

4. Henriques, Joanna G. “A Presença de Negros na Academia é Nula.” *Público*, 9 Sept. 2017, www.publico.pt/2017/09/09/sociedade/noticia/a-presenca-de-negros-na-academia-e-nula-1784760.

5. No município de Utrecht, 22% da população não é branca (Dados do Município de Utrecht para 2017). Estou traduzindo o termo “inwoners van niet-westerse herkomst” (literalmente “habitantes de proveniência não ocidental”) como “não-brancos,” sendo que este é o significado desta expressão no contexto holandês. Fonte de dados: “Etniciteit Utrecht %,” Gemeente Utrecht, acesso 1 de outubro, 2017, https://utrecht.buurtmonitor.nl//jive?presel_code=p635804133201299301.

6. Gloria Wekker, *White Innocence: Paradoxes of Colonialism and Race* (Durham: Duke University Press, 2016), p. 73.

7. Id., p. 74.

8. Henriques, Joana Gorjão. “A Presença De Negros Na Academia É Nula.”

9. Martins, Leandra R. “Perfil Racial dos Docentes da USP Analisa Baixo Índice de Professores Negros.” AUN – Agência Universitária De Notícias – USP, 23 Mar. 2017, paineira.usp.br/aun/index.php/2017/03/23/perfil-racial-dos-docentes-da-usp-analisa-baixo-indice-de-professores-negros/.

10. Entrevista concedida em 22 de abril de 2017, pela qual agradeço sinceramente.

11. Weiner, Melissa F. “O Fardo Holandês: Escravidão, África e Imigrantes nos Livros de História da Escola Primária na Holanda.” *Sociologias*, vol. 17, no. 40, Dec. 2015, pp. 212-54.

12. Araujo, Marta, and Silvia R. Maeso. “A presença Ausente do Racial: Discursos Políticos e Pedagógicos sobre História, ‘Portugal’ e (Pós-)Colonialismo.” *Educar Em Revista*, no. 47, Mar. 2013, pp. 145-71.
13. Henriques, Joanna G. “Com Que Direito Se Apagam as Crianças Não-Brancas Dos Manuais?” *Público*, 9 Sept. 2017, www.publico.pt/2017/09/09/sociedade/noticia/com-que-direito-se-apagam-as-criancas-naobrancas-dos-manuais-1784746.
14. Weiner, Melissa F. “Racialized Classroom Practices in a Diverse Amsterdam Primary School: The Silencing, Disparagement, and Discipline of Students of Color.” *Race Ethnicity and Education*, vol. 19, no. 6, 2016, pp. 1351-67.
15. Entrevista concedida em 22 de abril de 2017.
16. Entrevista concedida em 1 de maio de 2017, pela qual agradeço sinceramente.
17. Ba, Mamadou. Facebook - Post, 19 de setembro, 2017.
18. Lima, Diane. “Agora Somos Todxs Negrxs?” *Revista Bravo!*, 18 Aug. 2017, medium.com/revista-bravo/agora-somos-todxs-negrxs-2673f09ba940.
19. Foucault, Michel. *The History of Sexuality, Volume 1: An Introduction*. Translated by Robert Hurley, Harmondsworth, Penguin Books, 1990.

PATRICIA SCHOR é Professora no Amsterdam University College (University of Amsterdam & Free University Amsterdam). Possui graduação pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, mestrado pelo International Institute of Social Studies (Erasmus University Rotterdam) e doutorado pela Utrecht University em Estudos Pós-Coloniais, com a tese “Disencounters with Africa in the Portuguese language: Postcolonial literature and theory in the Portuguese postempire”. Algumas de suas (co-)publicações de interesse são: “White Order, Corporate Capital and Control of Mobility in the Netherlands” na coletânea *Smash the Pillars: Decoloniality and the Imaginary of Color in the Dutch Kingdom* (2018, Lexington Books), “Language as Art Object. Africa in the Representations of the Portuguese Language - Brazil & Portugal” (2016, *Luso-Brazilian Review*), e o número temático “Brazilian Postcolonialities” (2012, *P.: Portuguese Cultural Studies*) que co-editou.